

Campina Verde, 23 de junho de 2022.

Ofício PL nº 036/2022

Encaminha Projeto de Lei

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho-lhe o Projeto de Lei nº 036/2022 que **“CRIA O CARGO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO NA ÁREA DA ENFERMAGEM NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, acompanhado de Mensagem dirigida aos eminentes Vereadores que compõe esta eg. Câmara Municipal, solicitando a V. Excelência seja posto em apreciação em **REGIME ESPECIAL DE URGÊNCIA**.

Ao ensejo renovo a V. Excelência meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


HELDER PAULO CARNEIRO

Prefeito Municipal

A Sua Excelência, o senhor

GUSTAVO VENÂNCIO ARANTES FREITAS

Presidente da Câmara Municipal de Campina Verde/MG

PROJETO DE LEI Nº 036/2022.

“CRIA O CARGO DE ENFERMEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O povo do Município de Campina Verde, por seus representantes, APROVOU e eu, em seu nome, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado criar o cargo de Enfermeiro Responsável Técnico no Pronto Atendimento Médico local, PAM, para que as ações de direção e organização dos serviços de enfermagem sejam centradas em um único enfermeiro, facilitando a direção do serviço e as ações de fiscalização.

Art. 2º - São atribuições do enfermeiro RT:

I – Cumprir e fazer cumprir todos os dispositivos legais da profissão de Enfermagem;

II – Manter informações necessárias e atualizadas de todos os profissionais de Enfermagem que atuam na empresa/instituição, com os seguintes dados: nome, sexo,

data do nascimento, categoria profissional, número do RG e CPF, número de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem, endereço completo, contatos telefônicos e endereço eletrônico, assim como das alterações como: mudança de nome, admissões, demissões, férias e licenças, devendo fornecê-la semestralmente, e sempre quando lhe for solicitado, pelo Conselho Regional de Enfermagem;

III – Realizar o dimensionamento de pessoal de Enfermagem, conforme o disposto na Resolução vigente do Cofen informando, de ofício, ao representante legal da empresa/instituição/ensino e ao Conselho Regional de Enfermagem;

IV – Informar, de ofício, ao representante legal da empresa/instituição/ensino e ao Conselho Regional de Enfermagem situações de infração à legislação da Enfermagem, tais como:

a) ausência de enfermeiro em todos os locais onde são desenvolvidas ações de Enfermagem durante algum período de funcionamento da empresa/instituição;

b) profissional de Enfermagem atuando na empresa/instituição/ensino sem inscrição ou com inscrição vencida no Conselho Regional de Enfermagem;

c) profissional de Enfermagem atuando na empresa/instituição/ensino em situação irregular, inclusive quanto à inadimplência perante o Conselho Regional de Enfermagem, bem como aquele afastado por impedimento legal;

d) pessoal sem formação na área de Enfermagem, exercendo atividades de Enfermagem na empresa/instituição/ensino;

e) profissional de Enfermagem exercendo atividades ilegais previstas em Legislação do Exercício Profissional de Enfermagem, Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e Código Penal Brasileiro;

V – Intermediar, junto ao Conselho Regional de Enfermagem, a implantação e funcionamento de Comissão de Ética de Enfermagem;

VI – Colaborar com todas as atividades de fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem, bem como atender a todas as solicitações ou convocações que lhes forem demandadas pela Autarquia;

VII – Manter a CRT em local visível ao público, observando o prazo de validade;

VIII – Organizar o Serviço de Enfermagem utilizando-se de instrumentos administrativos como regimento interno, normas e rotinas, protocolos, procedimentos operacionais padrão e outros;

IX – Elaborar, implantar e/ou implementar, e atualizar regimento interno, manuais de normas e rotinas, procedimentos, protocolos, e demais instrumentos administrativos de Enfermagem;

X – Instituir e programar o funcionamento da Comissão de Ética de Enfermagem, quando couber, de acordo com as normas do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem;

XI – Colaborar com as atividades da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), Comissão de Controle de Infecções Hospitalares (CCIH), Serviço de Educação Continuada e demais comissões instituídas na empresa/instituição;

XII – Zelar pelo cumprimento das atividades privativas da Enfermagem;

XIII – Promover a qualidade e desenvolvimento de uma assistência de Enfermagem segura para a sociedade e profissionais de Enfermagem, em seus aspectos técnicos e éticos;

XIV – Responsabilizar-se pela implantação/implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), conforme legislação vigente;

XV – Observar as normas da NR – 32, com a finalidade de minimizar os riscos à saúde da equipe de Enfermagem;

XVI – Assegurar que a prestação da assistência de enfermagem a pacientes graves seja realizada somente pelo Enfermeiro e Técnico de Enfermagem, conforme Lei nº 7.498/86 e o Decreto nº 94.406/87;

XVII – Garantir que o registro das ações de Enfermagem seja realizado conforme normas vigentes;

XVIII – Garantir que o estágio curricular obrigatório e o não obrigatório sejam realizados, somente, sob supervisão do professor orientador da instituição de ensino e enfermeiro da instituição cedente do campo de estágio, respectivamente, e em conformidade a legislação vigente;

XIX – Participar do processo de seleção de pessoal, seja em instituição pública, privada ou filantrópica, observando o disposto na Lei nº 7.498/86 e Decreto nº 94.406/87, e as normas regimentais da instituição;

XX – Comunicar ao Coren quando impedido de cumprir o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, a legislação do Exercício Profissional, atos normativos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, comprovando documentalmente ou na forma testemunhal, elementos que indiquem as causas e/ou os responsáveis pelo impedimento;

XXI – Promover, estimular ou proporcionar, direta ou indiretamente, o aprimoramento, harmonizando e aperfeiçoando o conhecimento técnico, a comunicação e as relações humanas, bem como a avaliação periódica da equipe de Enfermagem;

XXII – Caracterizar o Serviço de Enfermagem por meio de Diagnóstico Situacional e consequente Plano de Trabalho que deverão ser apresentados à empresa/instituição e

encaminhados ao Coren no prazo de 90 (noventa) dias a partir de sua efetivação como Responsável Técnico e posteriormente a cada renovação da CRT;

XXIII – Participar no planejamento, execução e avaliação dos programas de saúde da empresa/instituição/ensino em que ocorrer a participação de profissionais de Enfermagem.

Parágrafo Único. O enfermeiro RT que descumprir as atribuições constantes neste artigo poderá ser notificado a regularizar suas atividades, estando sujeito a responder a Processo Ético-Disciplinar na Autarquia.

Art. 3º - Para efeitos desta lei, entende-se:

I – Serviço de Enfermagem: parte integrante da estrutura organizacional, formal ou informal, da instituição, dotado de recursos humanos de Enfermagem e que tem por finalidade a realização de ações relacionadas aos cuidados assistenciais diretos de enfermagem ao indivíduo, família ou comunidade, seja na área hospitalar, ambulatorial ou da promoção e prevenção de saúde, ou ainda, as ações de enfermagem de natureza em outras áreas técnicas, tais como: Programas de Gerenciamento de Resíduos de

Serviços de Saúde, Programa de Limpeza e Higienização, Auditoria, Equipamentos, Materiais e Insumos Médico-hospitalares, Consultoria e Ensino;

II – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelo Serviço de Enfermagem: ato administrativo decorrente do poder de polícia vinculado no qual o Conselho Regional de Enfermagem, na qualidade de órgão fiscalizador do exercício profissional, concede, a partir do preenchimento de requisitos legais, licença ao enfermeiro Responsável Técnico para atuar como liame entre o Serviço de Enfermagem da empresa/instituição e o Conselho Regional de Enfermagem, visando facilitar o exercício da atividade fiscalizatória em relação aos profissionais de Enfermagem que nela executam suas atividades, assim como, promover a qualidade e desenvolvimento de uma assistência de enfermagem em seus aspectos técnico, ético, e segura para a sociedade e profissionais de enfermagem;

III – Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT): documento emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem, pelo qual se materializa o ato administrativo de concessão de Anotação de Responsabilidade Técnica pelo Serviço de Enfermagem;

IV – Enfermeiro Responsável Técnico (ERT): profissional de Enfermagem de nível superior, nos termos da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 e do Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que tem sob sua responsabilidade o planejamento, organização, direção, coordenação, execução e avaliação dos serviços de Enfermagem, a quem é concedida, pelo Conselho Regional de Enfermagem, a ART.


Art. 4º - Todos os atos praticados pelo Enfermeiro Responsável Técnico (RT) devem estar em consonância com o MANUAL DO ENFERMEIRO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE ENFERMAGEM, emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais, bem como, de acordo com Resolução COFEN Nº 0509/2016, sob pena de comunicação aos respectivos órgãos em caso de descumprimento.

Art. 5º - O valor do vencimento para o cargo de Enfermeiro Responsável Técnico (RT), será o de R\$ 3.520,86(três mil, quinhentos e vinte reais e oitenta e seis centavos), correspondente à 65%(sessenta e cinco por cento) do salário base de Enfermeiro no Município de Campina Verde, sendo vedado o pagamento de qualquer outra vantagem.

Art. 6º - As despesas decorrentes do reajuste serão suportadas por dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Campina Verde, 23 de junho de 2022.



HELDER PAULO CARNEIRO
Prefeito Municipal

MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Estamos encaminhando a Vossas Excelências o Projeto de Lei n.º 036/2022, que “**CRIA O CARGO DE ENFERMEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”

O Enfermeiro Responsável Técnico (RT) possui como responsabilidade garantir que o serviço de enfermagem seja estruturado considerando as legislações do exercício profissional (Lei nº 7.498/86 e Decreto nº 94.406/87), a Resolução Cofen nº 509/2016, a Resolução Cofen nº 564/2017 (Código de Ética profissional vigente) e demais atos normativos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem

De acordo com a Resolução Cofen nº 0509/2016, especificadamente em seu art. 3º, toda empresa/instituição onde houver serviços/ensino de Enfermagem, deve apresentar CRT, devendo a mesma ser afixada em suas dependências, em local visível ao público.

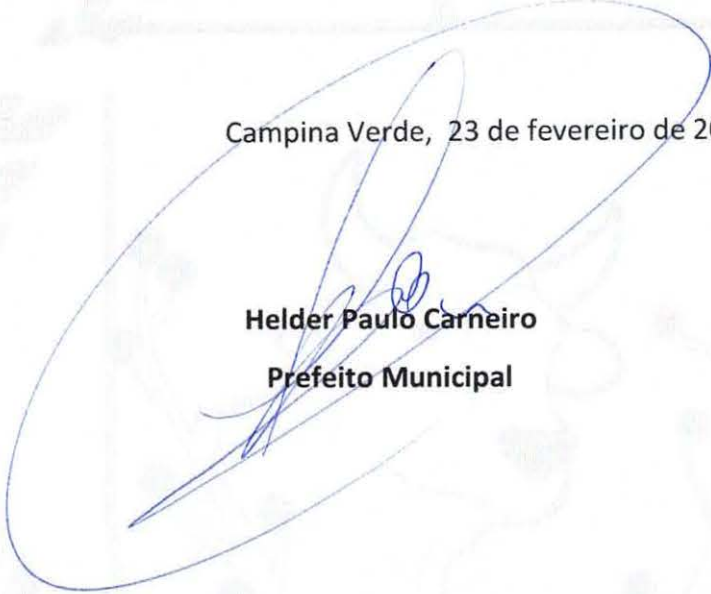
No ano de 2021, o Município de Campina Verde já foi notificado pelo Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais para regularizar a questão do cargo de Enfermeiro Responsável Técnico (RT) na Unidade de Pronto Atendimento Médico – PAM, no Município de Campina Verde.

Assim sendo, o presente Projeto de Lei tem por finalidade, regularizar a questão do Enfermeiro Responsável Técnico (RT) na Unidade de Pronto Atendimento

Médico – PAM, no Município de Campina Verde, para não sofrer penalidades pecuniárias e administrativas.

Ante a importância do Projeto de Lei, esperamos que os nobres edis o apreciem com urgência, urgentíssima.

Campina Verde, 23 de fevereiro de 2022.



Helder Paulo Carneiro
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE - MG
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
ART. 16 DA LEI 101/2000

| | | | |
|---|--------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| 1. TIPO DA AÇÃO | | | 2. EXERCÍCIO |
| <input checked="" type="checkbox"/> CRIAÇÃO | <input type="checkbox"/> EXPANSÃO | <input type="checkbox"/> RENÚNCIA | 2022 |
| 3. DESCRIÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL | | | |
| Projeto de Lei nº 036/2022, que “ CRIA O CARGO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO NA ÁREA DA ENFERMAGEM NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ” | | | |
| 4. MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO | | | |
| Valor dos vencimentos do cargo ora criado, com encargos - Anual: R\$ 56.831,61 | | | |
| 5. VIGENCIA | INÍCIO 01 de julho de 2022 | FIM Indeterminado | |
| 6. ESTIMATIVA DAS DESPESAS | | | |
| NATUREZA | 2022 | 2023 | 2024 |
| PESSOAL E ENCARGOS | 31.270,16 | 60.241,51 | 63.855,99 |
| MATERIAL DE CONSUMO | - | - | - |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS | - | - | - |
| OBRAS E INSTALAÇÕES | - | - | - |
| EQUIPAMENTOS | - | - | - |
| TOTAL | 31.270,16 | 60.241,51 | 63.855,99 |
| 7. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO | | | |
| EXERCÍCIO | A. VALOR ESTIMADO | B. ORÇAMENTO | IMPACTO (A/B) |
| 2022 | 31.270,16 | 67.500.000,00 | 0,04% |
| 2023 | 60.241,51 | 71.550.000,00 | 0,08% |
| 2024 | 63.855,99 | 75.843.000,00 | 0,08% |

8. CUSTEIO E IMPACTO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

| EXERCÍCIO | METAS DE RECEITA | METAS DE DESPESA | METAS DE RESULTADO |
|-----------|------------------|------------------|--------------------|
| 2022 | 67.500.000,00 | 67.500.000,00 | 0,00 |
| 2023 | 71.550.000,00 | 71.550.000,00 | 0,00 |
| 2024 | 75.843.000,00 | 75.843.000,00 | 0,00 |

9. COMPROVAÇÃO DA NÃO INTERFERÊNCIA NAS METAS

ANO METAS DE RESULTADO AUMENTO REAL DA RECEITA

SEM INTERFERENCIA NAS METAS DE RESULTADO.

FOI VERIFICADO O IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO NO EXERCÍCIO NO PERÍODO DA VIGÊNCIA DA AÇÃO GOVERNAMENTAL.

21/06/2022

ASSINATURA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO

Nelson Martins de Freitas
CRC - MG/TC 070.812/0-1
CPF 650.299.256-00

PARA FINS DO DISPOSTO NO ART. 16 DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000, DECLARAMOS QUE A EXPANSÃO DECORRENTE DESSA AÇÃO GOVERNAMENTAL NÃO COMPROMETERÁ AS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO EM CURSO E DOS SEGUINTE.

21/06/2022

ASSINATURA DO PREFEITO